

## Desaceleração



### General Motors abre PDV para reduzir os custos

A General Motors iniciou um programa de demissão voluntária (PDV) nos Estados Unidos, o mais recente de uma série de cortes na indústria automobilística à medida que as montadoras saem de um período de lucratividade robusta e se preparam para uma desaceleração. A companhia oferece pagamentos fixos e outras compensações aos funcionários qualificados. **PÁGINA 3**

## Ajustes



### Appy: reforma tributária seguirá modelo simples

O secretário extraordinário da reforma tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse na sexta-feira, 10, que, apesar da possibilidade de alguns ajustes políticos, as propostas de reforma tributária convergem a um modelo "extremamente simples". Ele salientou que a reforma tem, entre seus objetivos, garantir maior segurança para as empresas. **PÁGINA 2**

## Educação

### IPCA registrou aumento de 0,84% em fevereiro

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou fevereiro com alta de 0,84%, ante um avanço de 0,53% registrado em janeiro. A taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 1,37%. O resultado acumulado em 12 meses foi de 5,60% até fevereiro, ante taxa de 5,77% até janeiro, também dentro das projeções dos analistas. **PÁGINA 5**

O ministro garantiu que o acordo não afeta as projeções econômicas

# ICMS: Haddad anuncia compensação a Estados

O ministro avaliou que o acordo é menos uma preocupação para o governo diante de um cenário fiscal que classificou como "desafiador"



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na sexta-feira, 10, que a compensação da União aos Estados pelas perdas geradas na arrecadação do ICMS será de R\$ 26,9 bilhões. De acordo com ele, o acordo nunca é satisfatório para ninguém, mas técnico. "Quando é acordo nunca é satisfatório para ninguém, é uma coisa que você faz com parâmetros e é técnico. Tecnicamente o trabalho foi intenso e chegaram ao valor de R\$ 26,9 bilhões de compensação", disse. A reparação, de acordo com o ministro, visa o perfil dos 26 Estados e do Distrito Federal. O ministro falou também em "esforço monumental" para se chegar ao entendimento com as unidades da federação e lembrou que havia prometido não terminar o mês com o assunto pendente. Haddad avaliou que o acordo é menos uma preocupação para o governo diante de um cenário fiscal que chamou de "desafiador". "Temos muitos desafios pela frente. Economia em retração, cenário internacional bem desafiador com inflação e risco de crédito." **PÁGINA 2**

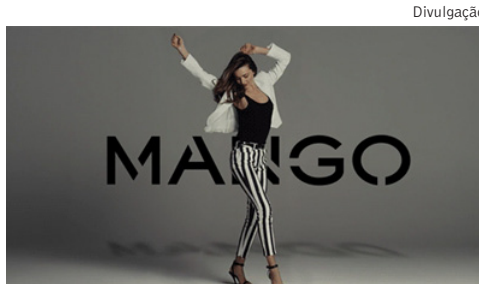
## Lula diz que há cerca de 14 mil obras paralisadas

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que há cerca de 14 mil obras paralisadas no País e destacou que grande quantidade de obras precisará ser reconstruída durante seu governo. De acordo com ele, há também 186 mil casas do Minha Casa, Minha Vida paralisadas. Em reunião com ministros com foco na infraestrutura, o presidente destacou a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que o classificou como "extraordinário". "O sucesso do PAC foi porque a gente começou ouvindo os governadores de cada Estado." **PÁGINA 6**

## EXPANSÃO

### Mango volta ao Brasil

**PÁGINA 3**



## INVESTIMENTOS

### Rui Costa confirma novo PAC até abril e reforça incentivo a PPPs

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, confirmou que o governo Lula quer lançar o novo plano de investimentos até o final de abril. "Final de abril, Lula lançará o novo PAC". O ministro lembrou que o Executivo federal nunca lançou mão das PPPs para ativos de infraestrutura. **PÁGINA 6**

## QUEBRA

### Governo americano anuncia o fechamento do Silicon Valley Bank

O governo dos Estados Unidos anunciou o fechamento do Silicon Valley Bank (SVB), o "banco das startups", que registrou prejuízo bilionário e causou pânico no setor financeiro norte-americano nesta semana. As agências da instituição devem reabrir somente na segunda-feira. **PÁGINA 5**

**IBOVESPA** 103.618,20 ↓ -1,38%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	2,47	+27,32%	+0,53
EMBRAER ON NM	19,00	+5,67%	+1,02
MRV ON NM	6,43	+1,42%	+0,09
LOCAWEB ON NM	5,78	+1,05%	+0,06
CEMIG PN N1	10,51	+0,38%	+0,85

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
CVC BRASIL ON NM	3,43	-17,75%	-0,74
AREZZO CO ON NM	68,70	-11,58%	-9,00
AZUL PN N2	12,64	-11,30%	-1,61
3R PETROLEUM ON NM	28,910	-7,72%	-2,420
GOL PN N2	7,31	-7,12%	-0,56

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	84,70	-0,33%	-0,28
PETROBRAS PN N2	24,98	-1,30%	-0,33
HAPVIDA ON NM	2,47	+27,32%	+0,53
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	24,07	-2,39%	-0,59
MAGAZ LUIZA ON NM	3,40	+0,29%	+0,01

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	31.909,64	-1,07%
S&P 500	3.861,59	-1,45%
NASDAQ	11.138,89	-1,76%
DAX 30	15.427,97	-1,31%
FTSE 100	7.748,35	-1,67%
IBEX 35	9.285,00	-1,47%

#### DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,207	5,208	↑ 1,30%

#### PESO

COMPRA	VENDA	%
0,025	0,026	↑ 1,11%

#### EURO

COMPRA	VENDA	%
5,542	5,543	↑ 1,93%

#### LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,261	6,263	↑ 2,21%

#### OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
306,00	USD\$ 1.867,3

**CONTENCIOSO**

# Haddad anuncia compensação para os Estados por perda do ICMS

O ministro afirmou que boa parte das compensações estão resolvidas porque alguns Estados conseguiram uma liminar favorável para não pagar parcelas referentes às dívidas com a União

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na sexta-feira, 10, que a compensação da União aos Estados pelas perdas geradas na arrecadação do ICMS será de R\$ 26,9 bilhões. De acordo com ele, o acordo nunca é satisfatório para ninguém, mas técnico.

"Quando é acordo nunca é satisfatório para ninguém, é uma coisa que você faz com parâmetros e é técnico. Tecnicamente o trabalho foi intenso e chegaram ao valor de R\$ 26,9 bilhões de reais de compensação", disse Haddad em entrevista coletiva à imprensa.

A reparação, de acordo com o ministro, visa o perfil dos 26 Estados e do Distrito Federal.

De acordo com Haddad, boa parte das compensações estão resolvidas porque alguns Estados conseguiram uma liminar favorável para não pagar parcelas referentes às dívidas com a União. Alguns outros entes terão saldo a receber do governo federal.

Já outros Estados, como São Paulo e Piauí, terão tratamento específico, porque conseguiram liminar e deixaram de pagar mais do que teriam a receber de compensação.

Haddad destacou que assumiu a pasta econômica já ciente do contencioso que enfrentaria com Estados sobre a questão do ICMS. "Números discrepavam muito", avaliou, sobre os cálculos de compensação. Ele afirmou que a conta levada pelos governadores era embasada, mas envolvia um número muito difícil de lidar.

A primeira sugestão dos entes federativos envolvia R\$ 45 bilhões.

O ministro da Fazenda afirmou que o acordo de R\$ 26,9 bilhões fechado entre Estados e União para compensação de



Haddad: "assumi a pasta econômica já ciente do contencioso que enfrentaria com Estados sobre a questão do ICMS. Os números discrepavam muito"

perdas pelas leis que limitaram cobrança do ICMS sobre produtos essenciais não afeta as projeções econômicas feitas pela pasta para este ano. "Esse acordo não afeta nossas projeções, nem para esse ano, nem para o futuro quanto ao que foi anunciado em janeiro (em projeções para a economia anunciadas pela pasta)", disse Haddad nesta tarde ao anunciar o acordo e frisar que o assunto está "acomodado para que não tenhamos nenhum tipo de surpresa vinda daí".

Segundo o ministro, parte do valor já foi compensada porque Estados conseguiram no Supremo Tribunal Federal (STF) liminares que obrigavam a União a fazer a compensação com as perdas pela redução na alíquota do imposto para combustíveis, telecomunicações e energia. "O restante será diluído no tempo",

frisou.

O ministro falou também em "esforço monumental" para se chegar ao entendimento com as unidades da federação e lembrou que havia prometido não terminar o mês com o assunto pendente.

Haddad avaliou que o acordo é menos uma preocupação para o governo diante de um cenário fiscal que chamou de "desafiador". "Temos muitos desafios pela frente. Economia em retração, cenário internacional bem desafiador com inflação e risco de crédito. Situação internacional é delicada", avaliou.

O ministro afirmou que o acordo para a compensação dos Estados com as perdas de arrecadação com o ICMS é importante para dar sustentabilidade às contas dos entes da federação. Segundo ele, o que ocorreu no ano passado foi "muito

injusto".

Presente no evento, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, afirmou que os termos acordados serão apresentados ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal. "Vamos levar o acordo dos Estados com o governo ao STF e ao Congresso. Os Estados também estão muito interessados na reforma tributária. O Brasil está muito atrasado na questão tributária e esperamos que ela seja aprovada ainda este ano. Era importante levar o acordo antes de aprovar a reforma tributária", disse.

O ministro da Fazenda afirmou que a discussão sobre essencialidade ou não da gasolina perde a importância a partir da decisão de estabelecer a cobrança de alíquota ad rem sobre a gasolina, ou seja, fixada em reais por litro e não em um percentual do preço. Segundo

ele, a partir desta sistemática, qualquer variação do petróleo não afetará a alíquota fixa cobrada sobre o item.

"Estados já têm uma decisão preliminar sobre mudar a forma de cobrança para ad rem (...) A essencialidade perde um pouco a importância que tinha a partir dessa decisão do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária de estabelecer o critério de cobrança ad rem", disse, em coletiva à imprensa.

Segundo o ministro, qualquer que seja a decisão sobre essencialidade, a ad rem complementa o que a Fazenda recomendava "desde sempre". "Não é de agora que essa proposição foi feita, há muitos anos se discute o ad rem dos combustíveis", emendou.

Governadores têm pleiteado apoio do governo federal para conseguirem derrubar na Jus-

tiça a legislação que determinou a essencialidade da gasolina. Na prática, a lei estabelece um teto de cobrança do ICMS sobre o item, de 17% ou 18%, o que impede que Estados aumentem o imposto sobre o produto.

De acordo com pessoas ouvidas pela reportagem, a União não tem atrapalhado o pleito dos Estados, mas tampouco colaborou. "Eles estão ainda imóveis", resumiu uma fonte. Uma outra pessoa envolvida nas conversas relatou, em condição de anonimato, que as perdas dos Estados já estão contratadas e que é preciso minimizar danos. Isso porque o teto sobre energia e telecomunicações seria mantido, conforme a lei, o que já estabelece uma redução na arrecadação.

No ano passado, foram aprovadas as leis complementares 192 e 194, que trouxeram impactos na arrecadação dos Estados. A primeira diz respeito à uniformidade, em todo o território nacional, das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, e a segunda limita a cobrança do ICMS sobre bens essenciais, como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, a um teto máximo entre 17% e 18%.

Há o receio por parte do governo federal de que, com a derrubada da essencialidade da gasolina, os Estados corram para aumentar a cobrança de imposto sobre a gasolina, o que encareceria o produto e impactaria a inflação. A medida é vista como "politicamente chata", já que o aumento dos preços traz efeitos políticos negativos ao governo federal.

A perspectiva de aumento do ICMS sobre os combustíveis pelos Estados foi inclusive levada em conta na decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fazer a reoneração parcial dos tributos federais sobre a gasolina e o etanol.

**MAIOR SEGURANÇA**

# Appy reconhece que a proposta tributária seguirá modelo simples

O secretário extraordinário da reforma tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse na sexta-feira, 10, que, apesar da possibilidade de alguns ajustes políticos, as propostas de reforma tributária convergem a um modelo "extremamente simples". Durante participação em debate na Amcham, Appy salientou que a reforma tem, entre seus objetivos, garantir maior segurança para as empresas na recuperação de saldos credores, prevenindo também uma transição a contribuintes.

Ele disse ainda que a qualidade da reforma tributária vai

ser definida pelo Congresso, cabendo à pasta entregar ao Legislativo a melhor proposta técnica. "Quem vai definir a reforma tributária vai ser o Parlamento", assinalou Appy.

Ele acrescentou, ao falar da tramitação das propostas de emenda constitucional, que a PEC 45 já tem parecer da comissão mista, ao passo que a PEC 110 já teve vários pareceres legislativos.

O economista disse também que caberá ao Congresso decidir se o setor de serviços receberá tratamento diferenciado na reforma tributária. Ele defendeu, porém,

que esse debate deve considerar as particularidades de cada atividade, apontando que não faz sentido nenhum todo o setor de serviços pagar menos impostos.

Igualmente, ao tratar de possíveis incentivos a empresas de serviços, o secretário frisou que não faz sentido a geração de créditos sobre a folha de pagamentos. A ideia, pontuou Appy, é que o crédito do imposto sobre valor agregado (IVA), que vai substituir diversos tributos se a reforma for aprovada, seja gerado a partir do imposto já pago.

"O IVA é cobrado ao longo

da cadeia, o que dá crédito é o que foi pago em imposto antes", explicou Appy. "É uma decisão do Parlamento se vai ser dado tratamento diferenciado a serviços", declarou.

O secretário do Ministério da Fazenda destacou ainda a neutralidade do IVA - ou seja, não aumenta a carga -, o que evita distorções na economia ao mesmo tempo em que gera ganhos de produtividade.

Após citar estudos sobre impactos potenciais da reforma, ele disse que, por baixo, as mudanças no sistema podem, em uma década, elevar o PIB potencial em 10 pontos por-

centuais.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse que o grupo de trabalho (GT) da reforma tributária na Câmara, do qual o parlamentar é o coordenador, trabalha para dirimir nos próximos 30 dias os pontos de consenso em torno da proposta a ser colocada em votação.

"Daqui a 30 dias, o nosso grupo de trabalho tem que dar uma resposta à sociedade. Se temos consenso, os setores que estão dialogando terão que ter respostas mais objetivas e concretas", afirmou Lopes a jornalistas, após participar de debate promovido pela Amcham, a Câmara Americana de Comércio, em sua sede na Zona Sul de São Paulo.

O deputado disse que, embora existam as condições políticas para aprovação da reforma - ainda no primeiro semestre na Câmara, e no segundo no Senado -, é pre-

ciso encontrar consenso nos destaques, que podem mudar o texto principal da proposta.

Nesse ponto, Lopes defendeu o IVA dual - ou seja, um imposto único federal e outro estadual/municipal - como o ideal para preservar o apoio de prefeitos de grandes cidades e governadores à reforma.

"Temos que ter uma resposta a pontos de consenso. Se a gente quer votar em plenário daqui 90 ou 75 dias, você só consegue unidade, votos no painel, se esses pontos forem resolvidos", declarou o deputado, reiterando o objetivo do grupo de trabalho de apresentar o seu relatório até 16 de maio. "Espero que a gente cumpra o calendário."

Antes de falar com a imprensa, Lopes classificou como fundamental a criação dentro da reforma de um fundo de desenvolvimento das regiões mais pobres do País.

**Diário Comercial**Propriedade do Jornal **Diário Comercial** Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.comredacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciais@diariocomercial.com.br | homepage: [www.diariocomercial.com.br](http://www.diariocomercial.com.br)

COMPENSAÇÕES

# General Motors abre PDV nos EUA e vai cortar US\$ 2 bilhões em custos

O novo programa faz parte do esforço de cortar US\$ 2 bilhões em custos até o fim de 2024 e a montadora espera realizar de 30% a 50% das economias pretendidas ainda neste ano

A General Motors iniciou um programa de demissão voluntária (PDV) nos Estados Unidos, o mais recente de uma série de cortes na indústria automobilística à medida que as montadoras saem de um período de lucratividade robusta e se preparam para uma desaceleração econômica. A GM disse que a medida abarca todos os funcionários de escritórios dos EUA com pelo menos cinco anos na empresa em 30 de junho, o que representa a maioria de seus cerca de 58 mil funcionários assalariados no país.

A companhia oferece pagamentos fixos e outras compensações aos funcionários qualificados no programa. A GM, que emprega cerca de 81 mil trabalhadores assalariados em todo o mundo, não especificou quantos funcionários são elegíveis ou quantos espera aceitar a oferta.

O PDV faz parte do esforço de cortar US\$ 2 bilhões em custos até o fim de 2024 e a montadora espera realizar de 30% a 50% das economias pretendidas em 2023.

“Os funcionários são fortemente encorajados a considerar o programa”, informou a GM. “Ao reduzir permanentemente os custos, podemos melhorar a lucratividade dos veículos e permanecer ágeis em um mercado cada vez mais competitivo”, disse a montadora.

A americana Rheinmetall Vehicles (Sterling Heights, MI) e a GM Defense LLC (Washington, DC) ganharam um contrato para a primeira fase do programa de Caminhões Táticos Comuns (CTT) do Exército americano. O



Fábrica da General Motors: a companhia oferece pagamentos fixos e outras compensações aos funcionários qualificados no programa

objetivo do programa multifásico é substituir a família de caminhões táticos pesados do Exército com uma produção de até 40.000 caminhões avaliados em até US\$ 14 bilhões.

As duas poderosas empresas de defesa formaram uma colaboração estratégica em 2022 para competir no programa; reunindo dois gigantes de engenharia e manufatura de classe mundial para entregar um caminhão tático moderno que aprimora a capacidade do soldado por

meio de tecnologias avançadas, incluindo sistemas de assistência ao motorista (ADAS) para segurança, maior mobilidade off-road, segurança cibernética, aprendizado de máquina, inteligência artificial, melhor capacidade de sobrevivência e eficiência de combustível, entre outras tecnologias emergentes.

A equipe ofereceu o HX3 Common Tactical Truck (HX3-CTT). O HX3 é a última geração de caminhões da família de caminhões HX, altamente bem-suce-

dida e comprovada em combate, que está em serviço com várias aeronaves da OTAN e dos EUA. A família de caminhões HX deriva das ofertas de caminhões comerciais da MAN Truck and Bus trazendo um alto grau de comercialidade para a frota, uma prioridade para o Exército no programa CTT.

O sistema de próxima geração HX3-CTT aprimorou a mobilidade dentro e fora da estrada, a capacidade de sobrevivência integrada e uma arquitetura

digital aberta compatível com ADAS e habilitada para operação autônoma de veículos. Combinado com a arquitetura aberta, o backbone comercial do HX3-CTT suportará modernização persistente e permitirá aumentos rápidos de capacidade à medida que as tecnologias amadurecem. Com uma pegada global de ambas as nações usuárias militares atuais e redes de revendedores comerciais, o HX3-CTT fornece uma base para custos de ciclo de vida otimizados e

suporte de serviço para o Exército em todo o mundo.

“Tanto a American Rheinmetall Vehicles quanto a GM Defense estão ansiosos para competir com o Programa CTT do Exército. Somos parceiros comprometidos com o Exército, trazendo uma tremenda capacidade operacional aliada a recursos avançados de segurança, garantindo que nossos soldados possam cumprir sua missão com segurança e eficácia. Juntos, nossa equipe entregará um caminhão transformador que alavanca os pontos fortes comerciais de nossos parceiros, Rheinmetall MAN Military Vehicles e General Motors, e a semelhança do design HX3-CTT”, disse Matthew Warnick, diretor administrativo da American Rheinmetall Vehicles.

O HX3-CTT apresenta um design avançado de cabine protegida intercambiável, ADAS e operação drive by wire. A nova arquitetura elétrica de sistemas abertos permite a integração rápida de líder-seguidor, teleoperação e recursos totalmente autônomos que se concentram na proteção de nosso recurso de combate mais valioso - o soldado.

O HX3-CTT é a nova variante de última geração da família HX de sucesso mundial de caminhões táticos militares prontos para uso. Ele possui um nível extremamente alto de comunalidade e modularidade entre as variantes: carga, sistemas de manuseio de carga, caminhões-tanque e tratores de transporte de linha. Com uma família HX que pode escalar de 4x4 a 10x10, o HX pode atender a qualquer necessidade militar.

EDUCAÇÃO

## IPCA registrou alta de 0,84% em fevereiro, a menor taxa desde 2020

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou fevereiro com alta de 0,84%, ante um avanço de 0,53% registrado em janeiro, informou na manhã desta sexta-feira, 10, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 1,37%, de acordo com o IBGE. O resultado acumulado em 12 meses foi de 5,60% até fevereiro, ante taxa de 5,77% até janeiro, também dentro das projeções dos analistas, que iam de 5,40% a 5,65%, com mediana de 5,53%.

A alta de 0,84% registrada pelo IPCA foi a menor taxa para o mês desde 2020, quando subiu 0,25%. No mês de fevereiro de 2022, o IPCA tinha sido de 1,01%. No primeiro bimestre de 2023, a taxa acumulada pela inflação ficou em 1,37%, de acordo com o IBGE.

A taxa em 12 meses passou de 5,77% em janeiro para 5,60% em fevereiro. O resultado foi o mais baixo desde fevereiro de 2021, quando estava em 5,20%. A meta de inflação para este ano perseguida pelo Banco Central é de 3,25%, que tem teto de tolerância de 4,75%.

Os gastos das famílias com Educação passaram de uma elevação de 0,36% em janeiro para 6,28% em fevereiro, o equivalente a uma contribuição de 0,35 ponto percentual para a taxa de 0,84% do IPCA no último mês.

O avanço reflete os reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. Os cursos regulares subiram 7,58%, puxados

por aumentos no ensino médio (10,28%), ensino fundamental (10,06%), pré-escola (9,58%) e creche (7,20%).

O subitem ensino fundamental teve o maior impacto individual no IPCA do mês, uma contribuição de 0,15 ponto percentual. Houve altas relevantes também no ensino superior (5,22%), cursos técnicos (4,11%) e pós-graduação (3,44%).

Na sexta-feira, o IBGE informou que a inflação geral medida pelo IPCA fechou fevereiro com alta de 0,84%, ante um avanço de 0,53% registrado em janeiro. A alta de fevereiro de 2023 foi a menor taxa para o mês desde 2020, quando subiu 0,25%. No mês de fevereiro de 2022, o IPCA tinha sido de 1,01%.

Os preços do grupo Alimentação e Bebidas aumentaram 0,16% em fevereiro, após alta de 0,59% em janeiro. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,04 ponto percentual para o IPCA, que subiu 0,84% no mês. Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve alta de 0,04% em fevereiro, após ter avançado 0,6% no mês anterior. A alimentação fora do domicílio subiu 0,5%, ante alta de 0,57% em janeiro.

As famílias brasileiras gastaram 0,82% a mais com habitação em fevereiro, uma contribuição de 0,13 ponto percentual para a taxa de 0,84% registrada pelo IPCA no mês. A alta foi puxada pelo aumento de 1,37% na energia elétrica residencial, que resultou numa contribuição de 0,05 ponto percentual para o IPCA no mês.

As variações na conta de luz se estenderam desde um recuo de 2,04% em Rio Branco, onde houve redução de PIS/Cofins, até uma elevação de 6,98% em Belo Horizonte, onde as tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) foram incluídas novamente na base de cálculo do ICMS, assim como ocorreu em outras áreas, como Curitiba e Vitória.

Segundo Pedro Kislanov, gerente do Sistema de Índices de Preços do IBGE, o instituto tem acompanhado há algum tempo essa volta das tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS, independentemente de decisão judicial. “Isso progressivamente foi sendo adotado pelas áreas, em algumas áreas ocorreu no mês de fevereiro”, explicou. “Vamos acompanhando tudo, tanto as decisões judiciais e, principalmente, quanto é cobrado efetivamente dos consumidores”, completou.

O aluguel residencial teve uma alta de 0,88% em fevereiro, 0,03 ponto percentual de impacto no IPCA. A taxa de água e esgoto subiu 0,87%, devido a reajustes em Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Campo Grande e Brasília.

O gás encanado aumentou 1,04%, devido ao reajuste das tarifas e mudança na forma de cobrança em Curitiba.

Os gastos das famílias com Saúde e Cuidados Pessoais passaram de uma elevação de 0,16% em janeiro para 1,26% em fevereiro.

MODA CASUAL

## Concorrente da Zara volta ao Brasil para tentar conquistar classe média

Dez anos depois de fechar sua última loja no Brasil, a marca espanhola de moda Mango voltou a ser comercializada no País - agora, no mundo virtual. O retorno ocorre em meio aos investimentos da empresa para ampliar a internacionalização e enfrentar a sua rival, também espanhola, Zara. Por aqui, o retorno da marca tem uma responsabilidade: a Dafiti, que terá a exclusividade dos produtos da empresa.

O e-commerce de moda adquiriu os direitos de revenda dos produtos da companhia espanhola e será a representante da fast fashion no País. O investimento não foi divulgado.

Fabio Fadel, diretor comercial da Dafiti, diz que os produtos da Mango chegam ao portfólio de itens do segmento premium do site depois de uma negociação que durou nove meses. O executivo afirma que a escolha da Mango se deu pela relevância internacional.

“Não é um produto difícil de digerir, porque ele tem informação de moda, mas é um produto comercial, casual e tradicional, o que é de fácil entrada no público feminino e no da Dafiti”, diz Fadel.

Inicialmente, o e-commerce oferecerá apenas peças do universo feminino, mas, segundo o executivo, no futuro, a depender do desempenho, a empresa deve ampliar a grade de produtos com itens masculinos e infantil.

Fadel afirma que, assim como na Espanha, por aqui a principal concorrente da nova

etiqueta será a fast fashion Zara, empresa que desembarcou no Brasil pouco antes de a Mango fechar suas lojas aqui. “A nossa ideia é promover esse acesso dessa marca e brigar (por mercado) com a Zara”, diz.

O especialista em varejo e fundador da Varese Retail, Alberto Serrentino, explica que, assim como a Zara, a Mango está posicionada no mundo como um produto de fast fashion massificado, mas no Brasil, dado o custo de importação dos produtos, acaba sendo reposicionada no mercado local como um item premium. “Quem viaja conhece a Mango, porque a marca está no mundo todo”, diz. Por aqui, as peças chegam ao site de moda com tíquete médio das peças entre R\$ 280 e R\$ 300.

A Mango fechou 2022 com cifra de negócio de 2.688 milhões de euros, o que supõe um crescimento de 20,3% em relação a 2021 e de 13,2% em relação a 2019, quando a empresa alcançou sua cota anterior.

O incremento das vendas se produziu paralelamente a uma importante melhoria da rentabilidade, que marca a melhor cifra dos últimos dez anos. A Mango fechou 2022 com um resultado bruto de 103,3 milhões de euros, mais 26,2% que no ano anterior.

Toni Ruiz, conselheiro delegado de Mango, disse que a empresa teve um dos melhores exercícios, superando circunstâncias complexas de mer-

cado e optando por realizar fortes investimentos com visão de futuro e ambição.

“Nos consolidamos como um dos principais grupos da Europa da indústria da moda e demonstramos a validade e fortaleza de nosso modelo de negócio, com base em um ecossistema único de canais e parceiros”, afirmou Toni Ruiz.

Nos últimos anos, a empresa recuperou os fundamentos, com o design próprio como ponta de lança e a inovação como valor fundamental de todos os departamentos da empresa.

O resultado bruto finalizou 2022 em 436,6 milhões de euros, 14 milhões de euros acima do registrado em 2021. O resultado veio em meio a um cenário macroeconômico e geopolítico difícil, com a guerra da Ucrânia, suspensão das operações da Mango na Rússia, a alta da inflação e a valorização do dólar. A margem bruta chegou a 56,9%, ante 58,2% em 2021.

O cancelamento das operações diretas na Rússia teve um impacto negativo no resultado de aproximadamente 20 milhões de euros, correspondendo principalmente a penalidades por fechamento de lojas, desvalorização do rublo e cancelamento de operações diretas.

A empresa terminou 2022 com uma dívida líquida de 82 milhões de euros (face aos oito milhões negativos de 2021), no quadro do processo de expansão e investimentos.

## LANÇAMENTOS

# Construtora Tenda anuncia receita líquida R\$ 632 milhões

A Tenda lançou dez empreendimentos no quarto trimestre, totalizando VGV de R\$ 704 milhões, o dobro do ano anterior

**A** Construtora Tenda (B3: TEND3), uma das principais construtoras e incorporadoras com foco em habitação popular no Brasil, atingiu uma VSO líquida de 25,5% (-6,4 p.p. e +5,2pp t/t) na marca Tenda.

A receita líquida no consolidado chegou a R\$ 631,1 milhões no trimestre, aumento de 22% em relação ao quarto trimestre de 2021 e 10,1% em comparação ao terceiro trimestre de 2022; 13,1% de margem bruta ajustada no quarto trimestre de 2022; com consumo de caixa operacional de R\$ 17,4 no segmento Tenda. "O 4T22 continuou sendo um trimestre desafiador, mas vimos sinais promissores de que estamos no caminho da retomada de rentabilidade, com aumento contínuo nas margens de novas vendas e baixo consumo de caixa operacional", diz o CFO da Tenda, Luiz Maurício Garcia.

A Tenda lançou dez empreendimentos no quarto trimestre de 2022, totalizando um VGV de R\$ 704,2 milhões, o que representa o dobro do número de novas unidades lançadas no trimestre anterior, e um aumento de 87,2% no total de VGV, justificado principalmente por lançamentos que estavam atrasados por questão de legalização. "Em comparação ao mesmo



Empreendimento da Tenda: o preço médio por unidade lançada no trimestre contabilizou R\$ 202,2 mil

período do ano de 2021, houve uma redução de 15,8% no total de VGV, quando foram lançados 17 empreendimentos. O preço médio por unidade lançada no trimestre contabilizou R\$ 202,2 mil, contra um preço médio de R\$ 210,2 mil no 3T22 (redução de 3,8%); e um preço médio de R\$ 147,9 mil no mesmo trimestre do ano de 2021 (aumento de 36,7%), pontua Garcia.

E, apesar dos desvios de custos ainda reportados no último trimestre de 2022, totalizando R\$ 47 milhões no trimestre, eles seguem uma tendência declinante que, junto à conclusão de

80% das obras mais problemáticas, como previsão de todas estarem finalizadas no 2T23, assegura uma expressiva retomada de margens esperada para o segundo semestre de 2023.

Em Alea, a companhia lançou a marca Casapatio, que contempla empreendimentos para vender e construir unidades em loteamentos abertos em cidades do interior de São Paulo. A novidade promete acelerar a esteira de lançamentos da empresa, reduzindo os prazos de legalização de uma média de 24 a 36 meses para algo em torno

de dois meses.

Em paralelo, o anúncio do edital do programa habitacional da cidade de São Paulo, Pode Entrar, assim como o Programa Minha Casa, Minha Vida, relançado pelo atual governo, poderão ajudar a movimentar, positivamente, as vendas da empresa. "Iniciativas como essas incentivam e fortalecem nosso compromisso e missão de diminuição do déficit habitacional e ampliação da possibilidade de acesso à moradia, além de promover o desenvolvimento econômico e social e ampliar a qualidade de vida da população", diz Garcia.

## CANA-DE-AÇÚCAR

# Lucro da Adecoagro cai e atinge US\$ 2 milhões

A Adecoagro, uma das companhias líderes do setor agrícola na América do Sul, obteve lucro líquido de US\$ 2,73 milhões no quarto trimestre do ano passado, informou a empresa, depois do fechamento do mercado financeiro. O resultado representa queda de 95,4% ante o registrado em igual período de 2021, de US\$ 58,75 milhões. Em termos ajustados, o lucro diminuiu 67,5%, de US\$ 57,07 milhões para US\$ 18,57 milhões.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado ficou em US\$ 105,78 milhões, aumento de 52,2% ante o quarto trimestre de 2021. A margem Ebitda ajustado passou de 22,2% para 28,3%. As vendas líquidas aumentaram 19,3% na mesma comparação, para US\$ 373,24 milhões.

No segmento de açúcar, etanol e cogeração de energia a partir de cana - seu principal negócio -, o Ebitda ajustado cresceu 55,5% ante o quarto trimestre de 2021, para US\$ 101,13 milhões. Na divisão de agricultura, o Ebitda ajustado caiu 1,8% para US\$ 10,29 milhões.

O volume processado de cana-de-açúcar aumentou 152% na comparação anual, para 3,156 milhões de toneladas. A produção de açúcar passou de 11,44 mil toneladas no quarto trimestre de 2021 para 184,382 mil toneladas em igual período do ano passado.

Já a produção de etanol cresceu 56,7%, para 138 milhões de litros. Do total de matéria-prima, 56% foram

destinados à produção de etanol e 44%, ao açúcar. Um ano antes, o mix foi de 93% e 7%, respectivamente.

Segundo a companhia, os números refletem o impacto do clima adverso no quarto trimestre de 2021 e uma recuperação significativa dos indicadores operacionais no quarto trimestre do ano passado.

A Adecoagro concretizou a primeira venda de Cbios entre as empresas do Brasil. Cada Cbio indica uma tonelada de emissões de carbono evitadas - ou sete árvores em termos de captura de carbono. Até 2030, a expectativa é que sejam compensadas emissões de gases causadores de efeito estufa correspondentes a 5 bilhões de árvores.

Essa iniciativa foi possível por meio do programa do Governo Federal RenovaBio: lançado pelo Ministério de Minas e Energia, que tem como objetivo expandir a produção de biocombustíveis compatível com o crescimento do mercado no Brasil, com base na previsibilidade e na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O RenovaBio estabelece metas de descarbonização para o setor de combustíveis, para incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

A empresa faz parte desse momento e movimento que incentiva a utilização de biocombustíveis e a adoção de práticas e tecnologias que contribuirão para que a matriz energética fique cada vez mais limpa e sustentável.

## SEGUROS

### IRB Brasil RE apura prejuízo líquido de R\$ 630 mi em 2022

O IRB Brasil RE apurou prejuízo líquido de R\$ 630,3 milhões em 2022, comparado aos R\$ 682,7 milhões verificados em 2021.

Relatório divulgado pela companhia no dia 8 mostra que a redução de 7,7% das perdas anuais ocorreu mesmo com o forte impacto negativo de sinistros recentes, decorrentes de eventos climáticos atípicos na linha Agro e da covid-19 em Vida, que totalizaram cerca de R\$ 1,2 bilhão em 2022.

No quarto trimestre do ano passado (4T22), o ressegurador ficou próximo de atingir o ponto de equilíbrio, com prejuízo de R\$ 38,8 milhões. Os números do 4T22 foram impactados pelo resultado negativo de subscrição, de R\$ 152,8 milhões, e pelo resultado financeiro positivo, de

R\$ 153 milhões. Além da redução na base anual, a comparação com o 2T22 (-R\$ 373,3 milhões) e o 3T22 (-R\$ 298,7 milhões) mostra melhora significativa do resultado líquido em relação aos trimestres mais afetados em 2022 pelas linhas Agro e Vida.

"2022 foi desafiador para todo o setor de seguros e resseguros. A administração trabalhou ao longo de todo o ano, aprimorando a carteira, o que permitiu a geração de caixa positivo no último trimestre e o quase atingimento do break-even. Iniciamos 2023 acelerando as mudanças promovidas no ano passado, no que diz respeito à revisão das políticas de subscrição e processos, buscando eficiências e estreitando o relacionamento com os clientes. afirma o CEO do IRB Brasil RE, Marcos Falcão.



A Qualicorp investiu em benefícios direcionados às mulheres para incentivar a equidade

## Quali: mulheres ocupam 61% dos cargos de liderança

A participação feminina em cargos de liderança na Qualicorp, plataforma de planos de saúde, avançou significativamente nos últimos três anos.

Atualmente, as mulheres ocupam 61% dos cargos de liderança. Comparado com números de 2020, ano de lançamento do Qualiplural, programa de diversidade e inclusão da Quali, o crescimento registrado é de 16 pontos percentuais. Na época, 45% das posições de supervisão em diante eram femininas.

Esse avanço é atribuído pelo compromisso da Companhia em proporcionar um ambiente livre de discriminação, fomentando e valo-

rizando o respeito e a equidade de oportunidades entre gêneros.

No quadro geral, que inclui a totalidade de colaboradores, a presença feminina na Qualicorp representa uma parcela ainda maior, de 67% de uma equipe de cerca de 2.500 pessoas. No corpo diretivo, liderado pelo CEO, Elton Carluci e outros seis executivos, 50% dos cargos são ocupados por mulheres: Liliã Pace, diretora de Inteligência Médica; Márcia Wolff, diretora de Transformação Digital e TI; e Nilva Ramos, diretora de Clientes e Retenção.

Para atrair e manter os talentos femininos, a Quali

investe em um ambiente que valoriza e incentiva o desenvolvimento profissional, criando oportunidades de crescimento. Só em 2022, dos 407 reconhecimentos de desempenho concedidos pela companhia, 62% foram direcionados a mulheres e, deste total, 64% foram promoções.

Os benefícios oferecidos pela empresa também ajudam a proporcionar uma atmosfera favorável e segura para o desenvolvimento feminino. As mães da Quali estão amparadas com licença maternidade de 180 dias, auxílio-creche e flexibilização do home office para colaboradoras com filhos de até 1 ano.

### Allianz e Rappi fecham parceria

Em parceria inédita, a Allianz Seguros juntou forças com o Rappi para levar o seguro residência aos seus clientes através do canal digital. O serviço, disponível para os assinantes do Rappi Prime, visa facilitar o acesso para contratação de soluções de proteção para casas e apartamentos de todo o Brasil.

Os clientes Rappi Prime acessam uma página de benefícios exclusivos e lá encontram a landing page da Allianz. Nela, o cliente preenche alguns dados básicos, e basta aguardar o contato do corretor para concluir a compra. Todo o processo deve ocorrer de maneira ágil e simplificada. Luiz Rodrigo Cartolano, diretor executivo de Marketing e Transformação da Allianz Seguros, comenta sobre a relevância da iniciativa para a Allianz e o mercado de seguros. "A compra do seguro pelos clientes Rappi Prime faz parte da nossa estratégia de inovação e ajuda a transformar o mercado, alcançando o cliente onde ele estiver e gerando mais negócios para nosso corretor parceiro. Os clientes Prime buscam exclusividade, e aqui na Allianz nosso corretor selecionará uma oferta customizada para atender à sua necessidade."

A Allianz é a primeira empresa de seguros no país a fechar este tipo de parceria com o serviço de delivery Rappi. O acesso ao produto da seguradora, pela página de benefícios Rappi Prime, já está disponível.

### Jantar do Clube da Bolinha-RJ terá homenagens às mulheres

O Clube da Bolinha-RJ realiza na próxima terça-feira (14), às 19h, o segundo jantar do ano, no Hotel Windsor Excelsior, em Copacabana, na capital fluminense.

A noite inicia com um coquetel às 19h, seguido de jantar às 20h e homenagem aos aniversariantes do mês de março que são:

Marcus Clementino (05); Gilberto Villela (16); José Márcio Norton (19) e Anselmo A. Fortuna (21).

"Como estamos no mês do Dia Internacional da Mulher, as nossas associa-

das Bolinhas serão homenageadas. Contamos com a presença de todas e todos, desejando que o evento mantenha o clima de alegria, harmonia e forte união", reiteram o convite Anselmo de Abrantes Fortuna, reitor, Jorge Carvalho, secretário e Gilberto Villela, tesoureiro.

Confraria criada por membros do mercado segurador que se reúne mensalmente para trocar ideias, estreitar o networking e ter um momento de lazer, o Clube da Bolinha celebra 70 anos em 2023.



## RETOMADA

# Lula afirma que há cerca de 14 mil obras ainda paralisadas no Brasil

O presidente afirmou que o sucesso do PAC foi porque o governo começou ouvindo os governadores, os milhares de prefeitos e depois construiu um arcabouço de propostas

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na sexta-feira, 10, que há cerca de 14 mil obras paralisadas em todas as áreas no País e destacou que grande quantidade de obras precisará ser reconstruída durante seu governo. De acordo com ele, há também 186 mil casas do Minha Casa, Minha Vida paralisadas.

Em reunião com ministros com foco na infraestrutura, o presidente destacou a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que o classificou como "extraordinário".

"O sucesso do PAC foi porque a gente começou ouvindo os governadores de cada Estado, dos milhares de prefeitos e depois construímos um arcabouço de propostas de política de infraestrutura que foi fácil de executar", disse, em fala inicial no encontro. "O momento mais rico de investimento em infraestrutura do nosso país foi a execução do PAC porque envolvia os governos federal, estadual e municipal."

Lula disse que, lamentavelmente, descobriu uma grande quantidade de obras paradas. O presidente citou uma ponte que liga Petrolina, no Sertão de Pernambuco, e Juazeiro, no norte da Bahia, chamando-a de "ponte picolé", numa crítica à situação da obra.

"A ponte parou e ficou igual a um sorvete, um picolé mesmo, um palito", disse ele. "Vamos ter que terminar esse picolé, já que não dá para chupar o lado que está pronto, vamos fazer o lado que falta." Em contraponto, ressaltou a rapidez que os seus ministérios lidaram com as grandes chuvas que atingiram o litoral paulista, no fim de fevereiro. O presidente afirmou que, após sua viagem à China, programa para o fim de março, ele passará a viajar o País para inaugurar casas, creches, escolas, estradas e universidades. "Temos que colocar esse país em funcionamento", declarou Lula. Ele disse que não se pode "ficar chorando o dinheiro que falta". "Temos que utilizar bem o dinheiro que temos."

O presidente pediu que sua equipe de comunicação elabore um novo nome para o plano de investimentos do governo federal, sem usar o termo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) - marca das antigas gestões petistas na área de infraestrutura. A equipe da Casa Civil trabalha para entregar a nova carteira do plano de investimentos até o final de abril.

Sem nome definido, ele vem sendo chamado de novo PAC. Lula, contudo, mostrou na sexta-feira que não quer usar mais essa marca, em nome de mostrar que seu terceiro mandato como presidente está "renovando e inovando".

"Eu queria até sugerir ao nosso companheiro Pimenta [Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social] que é importante colocar a criatividade da comunicação em funcionamento para gente criar um novo nome. O PAC foi muito importante, produziu muita coisa, mas se a gente puder criar um novo programa, é importante. Mostrar que a gente está renovando, inovando, que temos criatividade para fazer outras coisas", afirmou Lula na abertura da reunião com ministros para tratar de infraestrutura.

O ressurgimento de um programa aos moldes do PAC pelo governo Lula provoca reações mistas no mercado. Apesar de



Lula e Haddad: "a ponte parou e ficou igual a um sorvete, um picolé mesmo, um palito. "Vamos ter que terminar esse picolé, já que não dá para chupar"

## PREPARAÇÃO

### Presidente encontra ministros e admite que reunião é o começo da verdade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em reunião com ministros na sexta-feira, 10, que seu terceiro mandato iniciou-se no encontro desta manhã. De acordo com ele, o que foi feito até o momento foi uma preparação de governo.

"Essa reunião, eu diria, é quase que o começo de verdade do nosso mandato, é como se tivéssemos passado por uma preparação, ou seja, cada um montou seu ministério, dificuldade para alocar, muita dificuldade para indicar pessoas, pessoas demoraram mais é um mês e meio para montar ministério", declarou o chefe do Executivo, em fala inicial de abertura da reunião. "Este momento, é o momento em que começamos de verdade o campeonato."

Apesar de pontuar que o governo inicia-se neste momento, Lula ressaltou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. "Foi uma novidade na história política do Brasil, aprovar uma PEC antes de estar governando o País", comentou. Segundo ele, seu governo já fez mais viagens e realizou mais conversas que os governos anteriores.

Lula se reuniu com ministros ligados à infraestrutura e à área econômica para definir as prioridades para o primeiro ano do governo, levando em conta o orçamento.

O que o presidente buscou identificar no encontro é o quanto de fato dos

recursos previstos para este ano estarão empenhados em obras e o quanto deve sobrar - e ser automaticamente destinado para o resultado primário. Assim, além de um leque do que terá para cobrar de seus ministros ao longo do ano, terá uma margem de economia que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderá levar em consideração.

No encontro da manhã de sexta, Lula sentou entre o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e Haddad.

O presidente juntou na quinta-feira, 9, também com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para discutir a consolidação da base de sustentação do governo no Congresso e as pautas prioritárias do Palácio do Planalto no semestre. O encontro ocorreu três dias após Lira dizer a uma plateia de empresários da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que o governo ainda não tem força o suficiente para aprovar grandes projetos, como a reforma tributária.

A declaração do presidente da Câmara impactou o governo, embora alguns ministros minimizem a relevância da fala e a resumam a um discurso para agradar ao mercado financeiro. Ao argumentar sobre fragilidade base governista, Lira ainda fez menção a estreita margem de votos que elegeu Lula na campanha eleitoral do ano passado e disse que o governo precisa entender que o Congresso tem atualmente "uma atribuição mais ampla" do que no passado.

"Nós teremos um tempo também para que o governo se estabilize internamente. Porque hoje o governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matérias de quórum constitucional", disse Lira. O presidente da Câmara também criticou os ataques feitos por Lula à taxa de juros praticada pelo Banco Central (BC) e disse que declarações como essas não agregam.

O jantar entre Lula e Lira foi realizado na casa do ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, e contou com a presença dos ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais. A reunião não estava prevista na agenda de nenhuma das autoridades presentes, mas interlocutores dos ministros dizem que a conversa já estava marcada com dias de antecedência - antes mesmo do presidente da Câmara fazer as declarações sobre a construção de governabilidade pelo Planalto.

O governo está às voltas com a formação da base no Congresso. Para isso, o ministro Alexandre Padilha tem acertado nos bastidores a distribuição de cargos de segundo e terceiro escalão do governo em busca de garantir os votos necessários para aprovar Propostas de Emenda à Constituição (PEC), como a que vai definir a reforma tributária.

ser elogiado por ter previsto um planejamento de longo prazo para o País, o apoio a empreendimentos que não tiveram continuidade, seja por falta de recursos ou por projetos mal estruturados, é criticado até hoje. É nesse contexto que Lula pede a seus auxiliares para criarem uma nova marca.

O presidente disse ainda estar orgulhoso do que os ministros entregaram nesses primeiros dois meses de governo, e pediu que os auxiliares apresentem no encontro o que é possível de ser entregue e inaugurado, além de relatarem eventuais dificuldades, inclusive de recursos, uma vez que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está presente na reunião. "Não tenham medo de falar de difi-

culdade, de falar de dinheiro, porque o homem está aqui. E esse é o lado bom do ministro da Fazenda, que é o sangue árabe dele", afirmou.

O presidente afirmou também que os ministros da área econômica terão de "arrumar" recursos para o governo investir em infraestrutura. Segundo ele, é por esse motivo que Fernando Haddad é o ministro da Fazenda, porque, segundo Lula, o auxiliar é "criativo" e, se necessário, se juntará a ministra do Planejamento, Simone Tebet, para disponibilizar o dinheiro público necessário para obras.

Lula declarou também que o Produto Interno Bruto (PIB) vai crescer porque sua gestão irá gerar emprego com a retomada de investimentos. As declarações

foram dadas na abertura de reunião ministerial focada em discutir os projetos para infraestrutura.

O presidente da República também pediu que seus auxiliares não fiquem "chorando" pelos recursos que faltam, mas que utilizem bem o orçamento disponível.

"É por isso que Haddad é o ministro da Fazenda. Porque ele é criativo. Se a gente não tiver dinheiro, vamos atrás dele e ele e a Simone vão sentar na mesa e arrumar dinheiro que precisamos para fazer investimentos nesse país. Não podemos aceitar a ideia de que o PIB não vai crescer porque alguém disse que não vai crescer. Nós vamos dizer que vai crescer porque vamos fazer o PIB crescer", afirmou Lula aos seus ministros.

Ele ainda afirmou que quer promover uma reunião para tratar especificamente do papel dos bancos públicos para alavancar investimentos no País.

O presidente defendeu o empréstimo para pequenos e médios empreendedores, cooperativas, "grandes empresários", além de Estados e prefeituras que têm capacidade de endividamento.

"Não pode ser proibido você emprestar dinheiro pra construir ativo e aumentar o patrimônio desse país. Não dá pra gente ficar achando que o gostoso nesse país é guardar dinheiro. Não, dinheiro bom é dinheiro transformado em obras, em melhoria da qualidade de vida do povo, em educação, saúde", afirmou Lula.

### Rui Costa confirma que novo PAC sairá até fim de abril

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, confirmou na sexta-feira, 10, que o governo Lula quer lançar o novo plano de investimentos até o final de abril. "Final de abril, Lula lançará o novo PAC", disse.

Após reunião entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica e ministros da área de infraestrutura, Costa reforçou que o novo programa de obras será composto de investimentos federais, concessões e um incentivo a novos projetos de Parceria Público-Privada (PPP).

O ministro da Casa Civil lembrou que o Executivo federal nunca lançou mão das PPPs para ativos de infraestrutura, e que esse formato será usado a partir de agora para alavancar investimentos no País.

Segundo Costra, os empreendimentos que serão concretizados via PPP terão participação do governo federal, seja de forma direta ou em obras de Estados e municípios.

A Casa Civil tem em mãos uma lista de mais de 400 empreendimentos como prioritários pelos Estados - a pasta ainda selecionará o que entrará no plano Agora, se inicia a fase de reuniões com os ministérios de Lula.

"Iniciamos a reunião de hoje (sexta-feira) com a infraestrutura retomada de planejamento que cada ministério fez, e apresentamos o novo plano de investimentos", comentou o ministro à imprensa, lembrando que o nome do novo programa ainda não está definido. Mais cedo, Lula pediu que o plano não repetisse a marca PAC.

O ministro também comentou que o governo iniciou a temporada de receber os projetos que são demandados pelos municípios, e que a carteira do programa de investimentos não será composta apenas de novos projetos, prevendo a igualmente a conclusão de obras.

Segundo Costa, o Executivo também editará uma Medida Provisória para viabilizar especialmente obras na área de educação.

O ministro afirmou que o governo está avaliando aumentar o subsídio para faixa 2 do programa Minha Casa, Minha Vida. O presidente relançou o programa de habitação em fevereiro, com a promessa de que as obras de unidades habitacionais seriam retomadas.

Segundo o ministro, Lula também lançará nos próximos dias o programa Água para Todos, criado inicialmente em 2011. "Estamos finalizando reuniões, buscando promover investimento do setor privado e público", disse.

De acordo com ele, o programa também terá foco em saneamento. Costa também confirmou que o governo trabalha em um decreto para regulamentar o marco legal do saneamento, que deve sair na próxima semana.

A Casa Civil e o Ministério das Cidades abriram uma mesa de negociação entre as empresas privadas e estaduais para tentar chegar a um acordo sobre as novas regras.

ESCÂNDALO DOS DIAMANTES

# Bolsonaro cita 'feitos' de seu governo e usuários ironizam

Parte dos comentários ironizaram o ex-presidente a respeito dos diamantes avaliados em R\$ 16,5 milhões que ele tentou trazer ilegalmente para Michelle

**"A**proveitando que tu volta semana que vem, consegue trazer dois iPhones?" Foi nesse tom de ironia que esse e outros usuários do Twitter regiram a uma publicação feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre os feitos de seu governo na sexta-feira.

O ex-chefe do Executivo, cujo retorno ao Brasil chegou a ser anunciado para a próxima semana, depois adiado, falou no Twitter sobre valores que sua gestão teria destinado em ajuda a cidades em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia afetadas por chuvas em março de 2022. "O que você não saberá por grande parte da imprensa tradicional", justificou Bolsonaro.

Parte dos comentários na rede social aproveitaram a ocasião para ironizar o ex-presidente a respeito do escândalo dos diamantes avaliados em R\$ 16,5 milhões que ele tentou trazer ilegalmente para Michelle Bolsonaro. As joias foram retidas no aeroporto de Guarulhos pela Receita Federal e Bolsonaro tentou recuperá-las ao menos oito vezes, envolvendo militares, membros do seu próprio gabinete e de três ministérios (Economia, Minas e Energia e Relações Exteriores).

Nos stories do seu perfil no Instagram, Michelle Bolsonaro compartilhou a notícia e ironizou a denúncia. "Quer dizer que, 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo

da falta de cabimento dessa imprensa (sic) vexatória."

Além de usuários que indagam sobre as joias, outros brincam "e as joias, foram da 25 de março?", rua tradicional de comércio popular na capital paulista. Em entrevista à CNN na quarta, 8, Bolsonaro admitiu que ficou com um segundo pacote de joias vindo da Arábia Saudita, no valor estimado de R\$ 400 mil. Na quinta, 9, o Tribunal de Contas da União proibiu que o ex-presidente use, venda ou se desfaça desse segundo conjunto de joias.

O assunto também foi utilizado em tom irônico pela Secretaria de Comunicação Social do Planalto. Em uma publicação sobre a declaração do Imposto de Renda, cujo prazo para envio começa no próximo dia 15, o canal institucional começa o texto com "E aí, tudo joia?", em clara referência ao episódio de Bolsonaro.

Os aliados do ex-presidente, por outro lado, pedem que ele volte ao Brasil e reforçam o apoio às medidas que ele adotou durante a gestão. "Saudades, meu presidente", afirmam a maioria dos favoráveis a Bolsonaro na publicação.

No mesmo dia em que Bolsonaro determinou que um militar viajasse, em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), de Brasília até Guarulhos (SP) para retirar as joias apreendidas pela Receita Federal, o gabinete do então presidente solicitou que os itens avaliados em R\$ 16,5 milhões fossem cadastrados no sistema federal como "acervo



Bolsonaro queria que os diamantes fossem retiradas da alfândega de Guarulhos no dia 29 de dezembro de 2022

privado", já que, segundo a justificativa, se tratava de presente do regime saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Pelos planos de Bolsonaro, os diamantes deveriam ser retiradas da alfândega de Guarulhos naquele mesmo dia, 29 de dezembro de 2022, a dois dias do encerramento de seu mandato. No dia seguinte, ele e Michelle embarcariam para os Estados Unidos. Dentro do Palácio do Planalto, a ordem era, portanto, adiantar o cadastro das joias que estavam retidas

nos cofres da Receita.

O pedido de cadastramento partiu da Chefia de Ajudância de Ordens da Presidência, que era comandada pelo "faz-tudo" de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Não cabia a Cid fazer esse cadastramento, mas ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica.

O pedido indica que o então presidente não tinha a intenção de repassar o bem para o acervo público da Presidência da República, o que significaria manter as joias sob controle do Estado. A tentativa de retirada

dos itens, no entanto, acabou não ocorrendo. O auditor fiscal da Receita em Guarulhos, Marco Antônio Santana, negou entregar ao emissário de Bolsonaro o conjunto de colar, par de brincos, anel e relógio da marca suíça Chopard.

O Planalto não confirmou se os dados referentes às joias permanecem no sistema do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica. Há informações de que as informações poderiam ter sido retiradas do sistema, depois de frustrada a tentativa do ex-presidente.

FEMINICÍDIO

## Irmão de vereadora morta faz homenagem pelo aniversário

O deputado federal Yury do Paredão (PL-CE), irmão da vereadora Yanny Brena, se pronunciou pela primeira vez sobre a morte da irmã. Na sexta-feira, 10, a vereadora completaria 27 anos.

Ele afirmou que transforamará o combate ao feminicídio na sua "maior meta", para que sua dor não seja sentida "por outras mães, outros pais e outros irmãos".

Ele foi às redes sociais homenagear a irmã. "Hoje (sexta-feira) é o dia do aniversário de Yanny, minha irmã. Éramos para estarmos comemorando juntos os seus 27 anos e sorrindo para um futuro lindo que estava por vir. Hoje meu coração chora. Chora pela minha irmã, chora por saber que ela não conseguiu conquistar tudo que era capaz e que merecia", postou o deputado.

A presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Yanny Brena, foi encontrada morta na manhã da última sexta-feira, 3, dentro da residência em que morava, no bairro Cidade Universitária. O corpo do namorado da parlamentar, Rickson Pinto, foi encontrado ao lado dela. Ele tinha 27 anos, e foi achado segurando a mão da vereadora.

No mesmo dia, a Secretaria da Segurança Pública do Ceará divulgou que a principal linha de investigação do caso é que Yanny Brena teria sido vítima de feminicídio, cometido pelo namorado. Ainda segundo a Polícia Civil, Rickson teria atentado contra a própria vida logo em seguida. A Delegacia de Defesa da Mulher de Juazeiro do Norte está à frente das investigações.

Yanny Brena Alencar Araújo era médica e presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Como vereadora, alcançou o feito de ser a segunda mulher na história da Câmara da cidade a chegar à presidência, no primeiro mandato eletivo. Ela era irmã do deputado federal Yury do Paredão (PL) e também se elegeu pelo PL, mesmo partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Rickson Pinto é da cidade de Natal (RN) e era namorado de Yanny Brena desde 2020. O jovem tinha uma filha de um relacionamento anterior. O homem também participava de vaquejadas e postava vários conteúdos dos eventos em suas redes sociais.

Yanny Brena pode ter sido vítima de feminicídio, morta pelo namorado, segundo informações divulgadas pela Polícia Civil do Ceará. O suspeito, Rickson Pinto, teria cometido suicídio logo em seguida. O caso está a cargo da Delegacia de Defesa da Mulher de Juazeiro do Norte, unidade que ainda realiza diligências e oitivas para elucidar os fatos. Nenhuma arma de fogo foi encontrada no imóvel onde o casal foi localizado.

No começo da semana, a perícia concluiu que a causa da morte dos dois foi asfixia. Yanny teria terminado o namoro com Rickson Pinto poucos dias antes de o casal ser encontrado morto.

O homem possuía antecedentes por posse ilegal de arma de fogo. Informações apontam que o empresário teria pedido uma arma de fogo emprestada a um amigo, dias antes de o casal ser encontrado morto, em Juazeiro do Norte.

A empregada doméstica que trabalhava para o casal foi a primeira pessoa a encontrar os corpos. Os dois estavam de mãos dadas. Não havia sinais de invasão da casa, nem marcas aparentes de armas brancas ou de fogo; cabos de antena foram encontrados no local.

INCOMPATIBILIDADE

## Cármem Lúcia se declara contra militares e policiais

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, defendeu na de sexta-feira, 10, que a Corte máxima declare inconstitucional trecho do novo Estatuto da Advocacia que permitiu que policiais e militares da ativa, possam advogar em causa própria. A magistrada destacou que a 'incompatibilidade' entre o exercício da advocacia e as funções exercidas por policiais e militares 'visa impedir abusos, tráfico de influência, e práticas que coloquem em risco a independência e a liberdade' da profissão.

"A advocacia simultânea, mesmo em causa própria, exercida por policiais e militares põe em risco a boa administração da justiça, privilegiando estes servidores relativamente aos demais advogados. Compromete-se, ainda, pelo modelo legal assim adotado o bom e regular funcionamento das instituições de segurança pública e o exercício das funções inerentes aos policiais e militares", ponderou.

A ministra é relatora de ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil contra dispositivos de lei sancionada em junho do ano passado, instituindo o novo Estatuto da Advocacia. Os ministros do STF analisam o caso em julgamento no plenário virtual, com previsão para terminar na próxima sexta-feira, 17.

Em seu voto, a ministra Cármem Lúcia destacou que a 'incompatibilidade' do exercício da advocacia e das funções exercidas por policiais e militares na ativa tem 'previsão legal há décadas'. Ainda segundo a ministra, o próprio STF já assentou que

não existe ofensa à Constituição na restrição ao exercício da advocacia pelos agentes da segurança pública, mesmo em causa própria.

Amagistrada explicou que tal limitação visa 'resguardar a liberdade e a independência da atuação do advogado, afastando a subordinação hierárquica ou o exercício de atividades de Estado que exijam a imparcialidade em favor do interesse público na aplicação da lei'. Segundo Cármem, o advogado não pode atuar 'sem independência e com sujeição a poderes hierárquicos próprios às atividades e regulamentos militares, e mesmo aos poderes hierárquicos decorrentes da atividade policial civil'.

A ministra chegou a ponderar sobre as atividades de policiais e militares, ressaltando que as ações dos primeiros visam 'a preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, orientados pela busca imparcial da verdade dos fatos'. Já o militar da ativa 'tem como funções essenciais a manutenção da ordem, da segurança e da soberania do país, subordinado à estrutura hierarquizada e à disciplina na realização de tarefas submetidas a ordens de comando'.

"Não há possibilidade de se conciliarem essas atividades com o exercício da advocacia, ainda que na atuação em causa própria, sem que ocorram conflitos de interesses e derrogação de regimes jurídicos pertinentes a cada carreira em particular", ressaltou a ministra.

Cármem Lúcia ainda destacou que as restrições visam barrar eventuais conflitos de interesse.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

## Valdemar estreia no Twitter e defende deputado do PL

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, defendeu na sexta-feira, 10, o deputado federal bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), que fez um discurso transfóbico no plenário da Câmara no Dia Internacional da Mulher. Em sua estreia no Twitter, o dirigente partidário disse que o parlamentar tem o apoio da Direção Nacional e representa um segmento da sociedade.

"A liberdade de expressão e suas prerrogativas parlamentares serão defendidas pelo nosso partido sempre que ele estiver exercendo seu mandato, manifestando sua opinião. Conte conosco, Nikolas! O PL estará sempre contigo", escreveu Costa Neto, em sua primeira publicação na rede social.

Na última quarta-feira, 8, Dia Internacional da Mulher, o parlamentar apareceu no plenário da Câmara usando uma peruca amarela. Ele disse, então, de forma irônica, que se sentia uma mulher e, por isso, teria local de fala na data celebrativa.

Nikolas foi o deputado mais votado do País na última eleição, com quase 1,5 milhão de votos. Após a fala transfóbica, o deputado recebeu uma repreensão pública do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "O Plenário da Câmara dos Deputados não é palco para exibicionismo e muito menos discursos preconceituosos. Não admitirei o desrespeito contra ninguém. O deputado Nikolas Ferreira merece minha repreensão pública por sua atitude no dia de hoje",

escreveu Lira, no Twitter. "A todas e todos que se sentiram ofendidas e ofendidos minha solidariedade", emendou.

O Ministério Público Federal (MPF), por sua vez, pediu que a Câmara investigue o deputado por transfobia. Um grupo de parlamentares defende sua cassação.

Nas redes sociais, Nikolas se defendeu das críticas. "Defendi o direito das mulheres de não perderem seu espaço nos esportes para trans - visto a diferença biológica - e de não ter um homem no banheiro feminino. Não há transfobia em minha fala. Elucidei o exemplo com uma peruca (chocante). O que passar disso é histeria e narrativa", escreveu, no Twitter.

O presidente do PL ressaltou que, após o episódio no plenário da Câmara, Nikolas ganhou mais de 46 mil seguidores. "Ele fala em nome de um segmento da sociedade e deve ser respeitado por isso", defendeu Costa Neto. "Nikolas Ferreira foi eleito o deputado mais votado do Brasil por várias razões: é uma pessoa de qualidades, que tem princípios, um jovem que defende suas convicções com paixão e sinceridade. Ele representa o eleitor que acredita nele. É por isso que o deputado Nikolas tem nosso apoio e da Direção Nacional do PL", emendou o presidente do partido.

Com o uso do capital político do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PL elegeu 99 deputados na última eleição e formou a maior bancada da Câmara. Internamente, contudo, há

## ALERTAS

# Desmatamento bate recorde na Amazônia e Cerrado em fevereiro

Tanto a redução do desmatamento em janeiro como a alta de fevereiro podem estar relacionadas à maior cobertura de nuvens nessa época do ano, que corresponde à temporada de chuvas no bioma

**O**s alertas de desmatamento cresceram em fevereiro na Amazônia e no Cerrado, em relação ao mesmo período do ano passado, e já são os maiores valores desde 2015 e 2018, respectivamente. Os dados são do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na floresta tropical, após queda de 61% em janeiro na área acumulada dos alertas, o último mês revelou aumento de 62% (total de 322 km<sup>2</sup>). No Cerrado, o aumento foi de 99% (total de 558 km<sup>2</sup>, quase o dobro da área da cidade do Recife).

Este é o segundo dado mensal do Deter no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que assumiu a presidência com a meta de zerar o desmate na Floresta Amazônica. Nos quatro anos anteriores, a gestão Jair Bolsonaro (PL) enfraqueceu os órgãos de combate aos crimes ambientais.

Na Amazônia, apesar do aumento de fevereiro, o acumulado dos dois primeiros meses do ano é 22% menor que no ano passado. Tanto a redução de janeiro como a alta de fevereiro podem estar relacionadas à maior cobertura de nuvens nessa época do ano, que corresponde à temporada de chuvas no bioma. O sistema Deter utiliza imagens de satélites com sensores ópticos, que podem ser afetados pela ocorrência de nuvens.

No Cerrado, os números de janeiro representam queda de 10% em comparação a janeiro de 2022. Porém, os outros dados indicam que o desmatamento do bioma se mantém em patamar alto, superior ao da Amazônia e com tendência de crescimento. Além de ser o maior dado desde o início do ano da série histórica do Deter para o bioma, é quase o dobro da média dos últimos quatro anos.

Os alertas do sistema Deter servem de base para apontar as áreas mais devastadas e orientar as ações de órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

A Bahia concentrou 48% da destruição do Cerrado, com 268 km<sup>2</sup> desmatados em fevereiro, seguido por Tocantins (68 km<sup>2</sup>), Piauí (63 km<sup>2</sup>) e Maranhão (52 km<sup>2</sup>). Os quatro Estados que mais desmataram em fevereiro de 2023 formam o chamado Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), região considerada a principal fronteira agrícola do Brasil e uma das maiores frentes de destruição de ecossistemas do mundo.

"Ainda é cedo para confirmar qualquer tendência relacionada ao desmatamento, pois janeiro e fevereiro são períodos de muitas nuvens e chuva, com valores historicamente menores de destruição. O que podemos afirmar com clareza é que os eventos climáticos estão afetando de forma mais recorrente o Brasil e que o controle do desmatamento é fundamental para atenuar as perdas", afirma Mariana Napolitano, gerente de Conservação do WWF-Brasil. "As ações anunciadas pelo atual Governo são bem-vindas, mas é necessário que toda a sociedade participe desse processo de reconstrução ambiental", diz.

Apesar do avanço do desmatamento na Amazônia, o bioma é o único no Brasil com 80% de proteção conferido pelo Código Florestal. Nos demais, como o Cerrado, uma



Desmatamento: os alertas do sistema Deter servem de base para apontar as áreas mais devastadas e orientar as ações de órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

## FISCALIZAÇÃO

## Ibama e PRF desmontam mais de 190 acampamentos na TI Yanomami

Agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) desmontaram mais de 190 acampamentos instalados por garimpeiros que atuam ilegalmente no interior da Terra Indígena Yanomami.

A ação faz parte da Operação Omawe, deflagrada na primeira quinzena de fevereiro. Batizada com o nome de um herói ancestral yanomami, a ação conjunta visa retirar todos os não índios da reserva de usufruto exclusivo da etnia.

Os fiscais ambientais e os policiais rodoviários federais também inutilizaram mais de 100 equipamentos como balsas, geradores de energia elétrica, motores e embarcações. Também apreenderam cerca de 19 mil quilos de cassiterita extraídos de forma ilegal do interior da terra indígena.

A destruição do maquinário pesado e de outros instrumentos e produtos químicos visa a desestimular que garimpeiros, já identificados, retornem aos acampamentos e recuperem os itens apreendidos que a operação não consegue retirar do local, dadas as dificuldades de acesso à área.

Com cerca de 9,6 milhões de hectares, a terra indígena abrange parte dos estados de Roraima e Amazonas. Cada hectare corresponde a aproximadamente às medidas de um campo oficial de futebol.

A Operação Omawe faz parte das ações que o governo federal implementou a partir de janeiro para tentar solucionar a crise humanitária que se abateu sobre a Terra Indígena Yanomami. Motivado pelas denúncias de que a atividade ilegal de garimpeiros está destruindo a floresta, contaminando os rios que abastecem as comunidades locais e afetando as condições de sobrevivência das populações, o Executivo federal enviou para a região, ainda em janeiro, uma equipe de técnicos do Ministério da Saúde.

No local, os servidores públicos da saúde se depararam com crianças e idosos desnutridos - muitos pesando bem abaixo do mínimo recomendável -, além de pessoas com malária, infecção respiratória aguda e outras doenças sem receber qualquer tipo de assistência médica. Consta-

das medidas apontadas por especialistas como fundamental é a análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) feito pelo proprietário rural ou posseiro. O CAR, não validado, é usado por infratores como instrumento para tentar legitimar ocupações fundiárias irregulares e a grilagem de terras.

"Com a devida análise e validação, será possível anular os cadastros de imóveis ocupa-

dos ilegalmente (grilados). A validação é importante também para facilitar a destinação de terras públicas para fins que possam ser de real interesse da sociedade, por exemplo, destinando para povos e comunidades locais, para a reforma agrária ou para unidades de conservação", afirma Isabel Figueiredo, coordenadora do Programa Cerrado e Caatinga do Instituto Sociedade, População

e Natureza (ISPAN), parte do Projeto Ceres (Cerrado Resiliente).

Outra medida é garantir a ampliação e proteção dos territórios de povos e comunidades tradicionais e assegurar a expansão das áreas de unidades de conservação - que respondem por parcela muito pequena do Cerrado, com apenas cerca de 3% do bioma na categoria de proteção integral.

Em fevereiro, o novo presi-

dente do Ibama, Rodrigo Agostinho, afirmou que a meta do governo é reduzir, pela metade, o índice de desmatamento verificado no ano anterior. Ele disse que o Ibama voltou a atuar, após anos de paralisação, mas é preciso recuperar a estrutura do órgão, que foi esvaziada. O Ibama já chegou a ter 2 mil fiscais em campo. Atualmente, conta com menos de 350 agentes para fiscalizar o Brasil inteiro.

O trabalho de proteção e fiscalização ambiental, disse o novo chefe do Ibama, deve contar não só com recursos da União, mas também do Fundo Amazônia e outros órgãos que voltaram a bater na porta do órgão, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Global para o Meio Ambiente, (GEF, na sigla em inglês), um dos maiores financiadores de projetos ambientais do mundo.



Fiscalização: a Operação Omawe faz parte das ações que o governo federal implementou para tentar solucionar a crise

tação que motivou o Ministério da Saúde a declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no território indígena, o que, na prática, permite ao Poder Executivo federal adotar medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública em caráter de urgência.

O governo federal também instalou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE), subordinado à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), e encarregado de coordenar as respostas do poder público à situação emergencial. Profissionais da Força Nacional do Sistema Único de Saúde foram deslocados para atender aos pacientes levados à Casa de Saúde Indígena Yanomami, em Boa Vista, e aos hospitais de campanha que o Exército montou em Roraima. Até esta quinta-feira (9), ao menos 1.732 yanomami já tinham sido atendidos no HCamp da capital.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também reforçou os efetivos da Polícia Federal





ATS Brasil S.A.

CNPJ: 16.822.923/0001-69

Balancos patrimoniais. Table with columns: Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido. Rows include Caixa, Impostos, Salários, etc.

Demonstrações dos resultados do exercício. Table with columns: Despesas administrativas, Resultado do exercício antes do imposto de renda, Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício.

Demonstrações dos fluxos de caixa. Table with columns: Das atividades operacionais, Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais.

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais: 1. Contexto operacional: A ATS Brasil S.A. ("ATS") é uma sociedade por ações com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

Participação Direta. Table showing participation percentages for ACS - Americas Clearing System S.A. in 2021 and 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Critérios de consolidação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3. Moeda funcional: A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

2.4. Principais procedimentos de consolidação: Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela controladora.

2.5. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa.

2.6. Bloqueio Judicial: Em 11 de abril de 2018, a Companhia e sua controladora sofreram bloqueio judicial de recursos no montante de R\$ 16 e R\$2, respectivamente (R\$18 no consolidado).

com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantém. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa. Controladora 2021: 2, 2020: 1, Consolidado 2021: 3, 2020: 2. Banco conta movimento 2021: 2, 2020: 5, Consolidado 2021: 4, 2020: 6.

5. Impostos a recuperar. Controladora 2021: 19, 2020: 16, Consolidado 2021: 19, 2020: 17. IRPJ a recuperar 19, CSLL a recuperar 16, IRRF a recuperar 16.

6. Partes relacionadas. Controladora 2021: 4.229, 2020: 4.229, Consolidado 2021: 4.229, 2020: 4.229. Valores a receber - ACS 4.229, 4.229.

7. Bloqueio Judicial Não circulante. Controladora 2021: 1.763, 2020: 1.763, Consolidado 2021: 1.763, 2020: 1.768.

8. Investimentos. Controladora 2021: 4.762, 2020: 4.595, Consolidado 2021: 4.762, 2020: 4.595. Investimento ACS 4.762.

9. Intangível: Movimentação do intangível. Controladora 2021: 22.562, Adições 2021: 11.582, Baixas 2021: 34.144.

10. Provisão para contingências: A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

11. Salários e encargos sociais. Controladora 2021: 70, 2020: 70, Consolidado 2021: 86, 2020: 86. Parcelamento previdenciário CP 70, 70.

12. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente, se aplicável, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social.

12.1. Capital social e reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$20.001, representado por 12.000 (doze milhões) de ações nominativas e sem valor nominal.

13. Despesas gerais e administrativas. Controladora 2021: (89), 2020: (81), Consolidado 2021: (163), 2020: (154).

14. Outras receitas (despesas) operacionais. Controladora 2021: (123), 2020: (199), Consolidado 2021: (228), 2020: (160).

15. Gestão de riscos: A Companhia está exposta através de suas operações aos seguintes riscos financeiros: Risco de variação cambial; Risco de crédito; Risco de liquidez.

16. Eventos subsequentes: Em 1º de abril de 2022, foi proferido acórdão determinando a liberação dos valores bloqueados na Companhia no contexto de investigações do MPF (R\$ 1.763 controladora e R\$ 1.768 consolidado).

17. Diretor: Filipe Rodrigues Bertussi. Contador: José Romeu Garcia Bastos Junior - CRC-RJ 059.704/O-9.

na mesma data, bloqueio do saldo existente nas contas da ATG Americas Trading Group S.A. e suas controladas, contudo, sem prejuízo ao fluxo de caixa futuro. Em sequência aos eventos mencionados acima, no dia 24 de maio de 2018 Arthur Machado renunciou aos cargos de Diretor Presidente e Conselheiro da ATS Brasil.





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9B19-8F25-9143-DF5E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9B19-8F25-9143-DF5E



### Hash do Documento

38E262B97DF0ABA71737B0A6DD4E8C1EB17414E0A6447BF0CA32B6A77058FAD1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 10/03/2023 21:09 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

